

<b>Assunto: Evento com ministra do STF no TJPE</b>	
<b>Veículo: Folha de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Programa</b>	<b>Seção: Persona/Roberta Jungmann</b>
<b>Página: 2</b>	<b>Data: 12/03/2015</b>



Wagner Ramos/Divulgação



O presidente do TJPE, **Frederico Neves**; a ministra do STF **Cármen Lúcia**, a secretária de Política para as Mulheres, **Eleonora Menicucci** e **Ana Luiza Câmara**

<b>Assunto: Processo disciplinar contra magistrado</b>	
<b>Veículo: Folha de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Opinião</b>	<b>Seção: Breve</b>
<b>Página: 12</b>	<b>Data: 12/03/2015</b>



ARTIGOS

## Processo disciplinar contra magistrado

São inúmeros os processos disciplinares contra magistrados

**PALHARES MOREIRA REIS\***

O noticiário dos jornais locais trata de um processo administrativo disciplinar contra uma magistrada, em curso na Justiça Estadual. Este evento corre paralelo à decisão de magistrado carioca que se utilizou de veículo apreendido até ter essa atitude suspensa pelo Conselho Nacional de Justiça.

Poder-se-á pensar que existem poucos casos de persecução administrativa ou judicial a magistrados, porém este entendimento não é verdadeiro, pois são inúmeros os processos disciplinares contra magistrados dos mais de 16 mil de todos os níveis que constituem o elenco de participantes do Poder Judiciário, o que dá oito juízes por 100 mil habitantes. O que é pouco. Uma busca nos sítios eletrônicos do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e do Conselho Nacional de Justiça mostrará a dimensão aproximada do problema.

Efetivamente, na maior parte dos

casos examinados, os processos disciplinares contra magistrados devem ser de cunho reservado, pois poderá a autoridade competente limitar a publicidade dos atos ao acusado e a seus advogados, conforme o disposto no art. 93 da Constituição.

É de se destacar que, hoje em dia em nosso país, a falta de ética está ocorrendo em quase todos os setores e, assim, a magistratura não poderia estar imune, pois através de uma minoria de seus membros, por certo, tem promovido a efetivação de atitudes contrárias à ética, as quais, ainda que não chegando a se constituírem como fatos criminosos, e por vezes se encaminham mesmo para o crime, devem ser devidamente apurados e adequadamente punidos.

Alé porque existem muitos magistrados que pensam estar acobertados pelo manto da impunidade. Pelo fato de não existir anteriormente, com relação à magistratura, um Código de Ética, como ocorre na Administração Pública desde 1994, os parâmetros éticos

dos juízes decorriam apenas daqueles fixados na Constituição. O Código de Ética da Magistratura Nacional somente veio a ser editado pelo Conselho Nacional de Justiça em agosto de 2008. Os parâmetros éticos devem ser levados em alta consideração, tanto assim é que a promoção dos juízes pode ser decorrente de merecimento, e a própria LOMAN cuida da realização de cursos para o aperfeiçoamento dos juízes, cursos estes não apenas referentes a atividades operacionais dos juízes.

Sobre o tema, escrevemos um livro - "Processo Administrativo Disciplinar contra Magistrado" - numa edição da Editora Consulex, de Brasília, que deverá ser lançado em breve. Este livro é, portanto, quase um texto pioneiro, pode-se dizer, por decorrência de buscas em livrarias, bibliotecas e sítios eletrônicos, no sentido de ser o primeiro, depois de promulgada a Emenda Constitucional n.º 45, de 2004, portanto posterior à Constituição de 1988, que trata sistemática e pormenoriza-

damente do assunto relacionado com os procedimentos disciplinares contra magistrados federais e estaduais, esta expressão englobando desde os juízes substitutos que ainda não atingiram a vitaliciedade até os Ministros dos Mais Altos Tribunais da República. Um olhar atento para a bibliografia nacional esclarecerá a enorme lacuna pela ausência de escritos sistematizados e atualizados sobre esta temática particular, pois, são raros os que surgiram nas informações coletadas depois de a Carta Magna ter sido emendada pela EC-45, de 2004.

Na verdade, o estudo do magistrado e professor Carlos Gustavo Viana Direito, "Do Controle Disciplinar do Juiz à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça", da editora Renovar, de 2003, é o único livro sobre o tema, porém anterior à Emenda Constitucional n.º 45, que é de 2004. Por ter sido uma dissertação para obtenção do grau de mestre, não tem a dimensão que se pretende dar ao livro ora referido.

Oito juízes por 100 mil habitantes é muito pouco

\*Professor Emérito da UFPE

<b>Assunto:</b> Operação prende 13 em Camaragibe (1ª Vara Criminal do Recife)	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Cidades	<b>Seção:</b> Rápidas
<b>Página:</b> 2	<b>Data:</b> 12/03/2015

# jornal do commercio

## ➔ rápidas

### Operação prende 13 em Camaragibe

Treze pessoas foram presas durante a Operação Camará, deflagrada na última terça-feira pela Polícia Civil, para prender suspeitos de envolvimento em crimes no município de Camaragibe, Região Metropolitana do Recife. A 1ª Vara Criminal da cidade expediu 15 mandados de prisão. Os 60 policiais envolvidos na operação cumpriram também oito mandados de busca domiciliar e apreensão. O objetivo da operação era desarticular uma organização criminosa que atuava no município praticando latrocínios e roubos a veículos e estabelecimentos comerciais.

<b>Assunto: Em Pernambuco, servidores do Judiciário fazem paralisação de 48 horas</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 12/03/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



fora dos autos

### **Em Pernambuco, servidores do Judiciário fazem paralisação de 48 horas**

Conforme prometido, os servidores do Judiciário do Estado de Pernambuco promoveram, a partir desta quarta-feira, uma paralisação de 48 horas. A iniciativa é coordenada pelo Sindicato dos Servidores de Justiça do Estado de Pernambuco (SINDJUD). Os servidores reivindicam progressão funcional e reajustes.

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Pernambuco (OAB-PE), preocupada com a rápida e eficiente administração da justiça, mesmo dizendo reiterar sua confiança na condução dos assuntos do judiciário estadual por parte da Mesa Diretora do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pediu publicamente uma rápida solução negociada em relação aos anseios dos serventuários na busca da implantação e regulamentação de plano de cargos e carreiras.

De acordo com a OAB-PE, a solução desse e de outros problemas que dificultam a adequada prestação jurisdicional por parte do Poder Judiciário também passa pela sensibilização do Poder Executivo no sentido de promover suplementação ao orçamento do Tribunal de Justiça. “Cumprir realçar que o Estado de Pernambuco figura entre os que repassam menor valor percentual de suas receitas à Justiça Estadual”, declaram.

A diretoria do Sinpol também prestou solidariedade.

“O Sinpol reconhece a importância do trabalho dos servidores do judiciário e apoia sua luta. Tais servidores reivindicam progressão funcional e outros reajustes negados pelo Tribunal de Justiça, da mesma forma que o Governo Estadual sonha para todas as categorias de servidores do Poder Executivo.

Assim também, os Policiais Cíveis de Pernambuco estão mobilizados por progressões no Plano de Cargos e Carreiras e outras pautas do legítimo interesse da corporação, como a igualdade no percentual da gratificação de Risco Policial.

Para o Sinpol, só com a luta dos servidores estaduais será possível garantir direitos, corrigir distorções e ampliar conquistas. Avaliamos 2015 como um ano fundamental para o devido reconhecimento e valorização do funcionalismo público, porém, tais vitórias só serão alcançadas com estratégia, coesão e união dos servidores públicos estaduais de todos os Poderes.”

<b>Assunto: PSOL entra com ação na Justiça para Paulo Câmara pagar piso dos professores</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 12/03/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



**mandato de segurança**

### **PSOL entra com ação na Justiça para Paulo Câmara pagar piso dos professores**

O PSOL entrou com um mandato de segurança junto ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) para que o governador Paulo Câmara (PSB) seja obrigado a pagar o piso salarial dos professores de R\$ 1.917,78. O valor é determinado pela lei 11.738/2008.

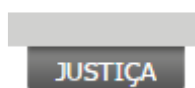
Na ação, foram anexados contracheques de profissionais da rede estadual que mostrariam valores abaixo do piso.

A adoção foi defendida pelo deputado Edilson Silva (PSOL) na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe). “Neste tema, temos que cercar, no bom sentido, o governo por todos os lados”, afirmou.

A deputada Teresa Leitão (PT) se queixou que a lei, por ser antiga, já deveria estar sendo cumprida. Já o deputado Álvaro Porto (PTB) cobrou do governador a promessa de campanha de dobrar os salários dos professores.

Paulo Câmara foi defendido pelos deputados Aluísio Lessa (PSB) e Tony Gel (PMDB), que lembraram que o Palácio do Campo das Princesas mantém uma mesa de negociação permanente com vários setores.

<b>Assunto: PSOL entra com pedido no TJPE para assegurar piso dos professores</b>	
<b>Veículo:</b> Blog da Folha	<b>Data:</b> 12/03/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **PSOL entra com pedido no TJPE para assegurar piso dos professores**

A direção estadual do PSOL entrou com uma ação no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) com o intuito de assegurar o piso salarial dos professores de educação básica de Pernambuco. Com o novo reajuste nacional, os docentes deveriam receber o valor de R\$ 1.917,78 a partir de primeiro de janeiro deste ano. No entanto, o governo do Estado ainda não deu previsão para conceder o aumento.

Entre os pedidos feitos na ação estão às intimações ao Governo do Estado e as secretarias de Administração, Educação e Planejamento para que respondam sobre o não pagamento do piso salarial dos professores. Além disso, o PSOL espera que algum representante do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) analise o caso.

A obrigatoriedade do pagamento do novo piso salarial aos professores de educação básica do País veio por decreto da Lei nº 11.738/08, de 16 de julho de 2008, e da decisão plenária do Supremo Tribunal Federal (STF) na ADI 4167/DF.

Da tribuna da Assembleia Legislativa, nesta quarta-feira (11), o deputado Edilson Silva (PSOL) cobrou do Poder Executivo o cumprimento da lei. “Neste tema, temos que cercar, no bom sentido, o governo por todos os lados”, disparou o parlamentar.

Presidente da Comissão de Educação da Casa, Teresa Leitão (PT) foi ao microfone de aparte se juntar à cobrança. “Esta lei é antiga. Pernambuco já devia cumpri-la”, reclamou. O deputado Álvaro Porto (PTB), outro membro da bancada de oposição, lembrou da promessa de campanha do governador Paulo Câmara (PSB). “E quando os salários dos professores serão dobrados?”, indagou.

A defesa em plenário do governo foi feita pelos deputados Aluísio Lessa (PSB) e Tony Gel (DEM). “Existe uma mesa de negociação permanente que conversa com vários setores, inclusive o da educação. O governo está esperando os dados do primeiro quadrimestre”, pontuou Lessa.

<b>Assunto: Protestos marcam primeira audiência sobre assassinatos de professora e filho</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 12/03/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## Protestos marcam primeira audiência sobre assassinatos de professora e filho

*Manifestantes pedem pena máxima para acusado*



Familiares, amigos, professores, integrantes de grupos feministas e do Sindicato dos Professores do Recife (Simpere) se mobilizam, na tarde desta quarta-feira (11), em frente ao Fórum de Olinda, onde acontece a primeira audiência de instrução e julgamento dos assassinatos da professora Sandra Lúcia Fernandes, de 48 anos, e do filho dela, Icauã Rodrigues, de apenas 10 anos. Esta tarde, a juíza Maria da Conceição Godoy vai ouvir quatro testemunhas de acusação. São elas: o filho mais velho da professora, de 23 anos, um vizinho e dois policiais militares que atenderam a ocorrência.

Com faixas e cartazes, os manifestantes pedem pena máxima para o acusado, Marcos Aurélio Barbosa da Silva, de 24 anos, namorado da vítima e que confessou o duplo homicídio. Ele foi preso em flagrante seis horas após as mortes na casa de seus pais, em Maranguape II, Paulista. À polícia, o acusado disse ter cometido o crime por ciúmes e que a criança só morreu porque se abraçou à mãe na hora da homicídio. Os dois foram mortos a facadas.



As pessoas também engrossam a campanha para que 1% do Produto Interno Bruto (PIB) do país seja utilizado em políticas públicas de combate à violência contra mulher. "Com essa verba, seria possível construir uma casa abrigo e um centro de referência em cada município brasileiro", defende Fátima Oliveira, do Movimento Mulheres em Luta. "Sandra é símbolo dessa luta", acrescenta.

### **Relembre o caso**

Depois de uma discussão com a namorada, Marcos Aurélio teria esfaqueado a professora dentro do apartamento dela, em Jardim Atlântico, Olinda. Os gritos de pedidos de socorro foram ouvidos pelos vizinhos. Icauã pedia para Marcos não matar a mãe e acabou também sendo morto. Cada uma das vítimas recebeu oito facadas.

Segundo os vizinhos, a briga no apartamento começou no fim da noite do domingo, 16 de fevereiro de 2014, quando o casal teria chegado de uma prévia de carnaval. "Estava faltando energia no bairro quando escutamos os gritos da confusão. Várias pessoas ouviram os pedidos de socorro e o menino implorando para o rapaz não matar a mãe dele. Pouco tempo depois o homem desceu sujo de sangue e disse que o menino teria quebrado o pé e foi embora. No entanto, mãe e filhos já estavam mortos", detalhou uma testemunha que preferiu não se identificar.

<b>Assunto: Nova audiência de instrução sobre morte de professora e filho é marcada para 8 de junho</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 12/03/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Nova audiência de instrução sobre morte de professora e filho é marcada para 8 de junho**

*Acusado era namorado da mulher e alegou ciúme. Crime foi em fevereiro de 2014*

Foi realizada, na tarde desta quarta-feira (11), a primeira audiência de instrução e julgamento dos assassinatos da professora Sandra Lúcia Fernandes, 48, e do filho dela, Icauã Rodrigues, de dez anos. O acusado de praticar o duplo homicídio, ocorrido em 17 de fevereiro de 2014, é Marco Aurélio Barbosa da Silva, 24, que era namorado da mãe. No Fórum de Olinda, a juíza Maria da Conceição Godoi ouviu os policiais responsáveis pela prisão do suspeito, o filho mais velho da vítima e um vizinho da família.

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), representado pela promotora de Justiça Maria Carolina Jucá, solicitou o interrogatório de mais duas testemunhas. Por isso uma nova sessão está marcada para o próximo dia 8 de junho. Só após esse encontro, a magistrada decidirá se vai haver julgamento no tribunal do júri e em que data. Durante a audiência desta quarta, dezenas de pessoas ligadas à defesa dos direitos humanos levaram fochas e pediram a condenação de Marco Aurélio.

A vítima era docente, diretora do Sindicato Municipal dos Professores do Recife (Simpere) e militante da defesa das mulheres. Os assassinatos aconteceram após a mãe ter voltado com o filho de uma festa de Carnaval em Olinda, onde moravam. Em casa, Marco Aurélio, alegando ciúme, esfaqueou a companheira e o enteado, que tentava proteger a genitora. O acusado foi preso no dia seguinte, dormindo.

<b>Assunto: Polícia Civil desencadeia operação para prender suspeitos de assaltos, tráfico e homicídio no Grande Recife</b>	
<b>Veículo: JConline</b>	<b>Data: 12/03/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

## jornal do commercio

### **Polícia Civil desencadeia operação para prender suspeitos de assaltos, tráfico e homicídio no Grande Recife**

*Devem ser cumpridos 7 mandados de prisão e 4 mandados de busca e apreensão domiciliar*



No total, 50 policiais civis, entre delegados, agentes e escrivães participam da ação  
Foto: Divulgação

A Secretaria de Defesa Social, através da Polícia Civil de Pernambuco e com apoio da Polícia Militar, deflagrou a operação Arremesso, na manhã desta sexta-feira (10), com o objetivo de cumprir mandados de prisão e de busca e apreensão contra suspeitos de envolvimento em assaltos, tráfico e homicídio. As diligências foram realizadas no Recife e em Jaboatão dos Guararapes, na Região Metropolitana.

Foram cumpridos os 7 mandados de prisão e 4 mandados de busca e apreensão domiciliar expedidos pela 1ª Vara de Entorpecentes da Capital. "Todos os mandados foram cumpridos com êxito e foi realizada também uma prisão em flagrante, com apreensão de uma arma de fogo e drogas", explicou o delegado Salustiano Albuquerque. Ainda segundo o delegado, os presos formavam uma quadrilha que atuava no Recife e em Jaboatão dos Guararapes.

De acordo com a assessoria de imprensa da Polícia Civil, no total, 50 policiais civis, entre delegados, agentes e escrivães participaram da ação, a VI Operação de Repressão Qualificada. Os presos da operação, que é coordenada pela Diretoria Integrada Especializada (DIRESP), foram encaminhados para o Grupo de Operações Especiais (GOE), no bairro do Cordeiro, em Recife.

<b>Assunto: Servidores do TJPE voltam a paralisar atividades para cobrar novo plano de carreiras</b>	
<b>Veículo: JConline</b>	<b>Data: 12/03/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

## jornal do commercio

### **Servidores do TJPE voltam a paralisar atividades para cobrar novo plano de carreiras**

*Paralisação é uma resposta à indefinição do Judiciário sobre a implementação da progressão funcional*



Por causa da movimentação, que vai durar 24 horas, grande parte dos serviços oferecidos nos fóruns do estado foi interrompido

Foto: JC Imagem

Os servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) voltam a fazer uma paralisação nesta quarta-feira (11) para reivindicar melhorias no plano de cargos e carreiras da categoria e da progressão salarial. Por causa da movimentação, que vai durar 24 horas, grande parte dos serviços oferecidos nos fóruns do estado foi interrompido. No Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha de Joana Bezerra, Zona Sul do Recife, por exemplo, os servidores só recebem questões emergenciais. Os serviços deverão ser normalizados na sexta (13), quando também deve acontecer uma nova assembleia dos servidores no Fórum Rodolfo Aureliano.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Pernambuco, Eliseu Magno, a paralisação é uma resposta à indefinição do Judiciário sobre a implementação da progressão funcional. “Já estamos em negociação há um ano e até agora não tivemos resultados sobre o principal pleito da categoria, que é o novo plano de valorização da carreira”, explica Eliseu Magno.

A categoria também reclama que o plano de cargos e carreiras que está em vigor oferece poucas oportunidades de crescimento e aumento salarial. “Entre todos os tribunais do País, somos os servidores que recebem o menor vencimento-base. Por conta disso,

desde o ano de 2007, mais de dois mil servidores já deixaram o órgão. Essa evasão acarreta problemas na qualidade do serviço prestado à população”, argumenta o presidente do sindicato.

“O plano de carreira atual prevê um aumento do salário base de 2,5% a cada dois anos, quando progredimos de cargo. Dessa forma, mesmo depois de completar os 32 anos previstos para os servidores, não conseguimos dobrar nosso salário inicial. No Ministério Público, os servidores começam ganhando R\$ 3 mil e se aposentam com R\$ 10 mil. Mas aqui, você entra com R\$ 3 mil e não chega a R\$ 5 mil”, afirma o presidente do Sindjud-PE.

A paralisação de hoje deve afetar todas as unidades do Tribunal de Justiça no Estado. “Todos os 7 mil servidores foram orientados a paralisar as atividades. A nossa estimativa é que 80% da categoria esteja parada. Em relação à população, estamos atendendo as questões urgentes, relacionadas a planos de saúde, corte indevido de energia elétrica, alimento ou réu preso”, explicou o presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Pernambuco (Sindjud-PE), Eliseu Magno. As audiências e liberação de alvarás também estão restritas a casos de urgência.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), por meio da assessoria de comunicação, confirmou que os servidores do Fórum Rodolfo Aureliano estão realizando apenas atendimentos emergenciais e informou que o presidente Frederico Neves recebeu a pauta de reivindicações, mas, até o momento, não fez nenhum pronunciamento.

**REIVINDICAÇÃO** - No último mês de fevereiro, os servidores do TJ-PE realizaram outras duas paralisações também para reivindicar melhorias no plano de cargos e carreiras da categoria e da progressão salarial.

<b>Assunto: Servidores do TJ-PE fazem paralisação por progressão funcional</b>	
<b>Veículo:</b> Conjur	<b>Data:</b> 12/03/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Servidores do TJ-PE fazem paralisação por progressão funcional**

Os servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco começaram, nesta quarta-feira (11/3), uma paralisação de 48 horas para reivindicar o cumprimento da progressão funcional. Apenas os serviços urgentes e que não podem ser adiados (como liminares e cautelares referentes à saúde, alimentos e réus presos) estão mantidos.

O Sindicato dos Servidores de Justiça de Pernambuco (Sindjud) estima uma adesão de 90% ao movimento. De acordo com Marcelo Adriano Barbosa, secretário-geral da entidade, a proposta de progressão foi aprovada em assembleia por unanimidade e o tribunal chegou a prevê-la em seu orçamento de 2015 — o que geraria um impacto de R\$ 51 milhões anuais.

Acontece que os juízes do estado foram contemplados com um reajuste, que seguiu o aumento de 14,5% oferecido aos ministros do Supremo Tribunal Federal (teto do funcionalismo público). O acréscimo, no entanto, segundo Barbosa, ficou acima dos 5% previstos pelo TJ-PE em seu orçamento, interferindo na proposta aprovada pelos servidores.

O sindicato diz que apesar do aumento dado aos magistrados, o TJ-PE tem condições de cumprir o acordo, pois tem R\$ 31 milhões disponíveis — o governo estadual deveria complementar o restante. Segundo o sindicalista, a categoria acumula perda salarial média de 25% e o aumento máximo previsto na proposta é de 20%, para servidores com mais tempo de carreira.

**Apoios** - A corte afirma que analisa as reivindicações e ainda não tem nenhuma resposta. Enquanto isso, o movimento ganha apoios. A seccional pernambucana da Ordem dos Advogados do Brasil diz que a solução “também passa pela sensibilização do Poder Executivo no sentido de promover suplementação ao orçamento do Tribunal de Justiça, cumprindo realçar que o Estado de Pernambuco figura entre os que repassam menor valor percentual de suas receitas à Justiça Estadual”.

A Associação dos Magistrados de Pernambuco (Amepe) também se manifestou. Em nota, a entidade afirma estar preocupada “com a demora na implantação da remuneração e das normas de progressão funcional dos servidores do Poder Judiciário Estadual. Tal demora pode provocar uma acentuada evasão dos servidores mais qualificados, prejudicando, desta forma, a aspiração de todos para uma Justiça mais célere”. O movimento ainda contabiliza o apoio do Sindicato dos Servidores do Ministério Público de Pernambuco.